

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.572 - SC (2019/0265191-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ANTONIO CARLOS CELLA SIMOES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIO CARLOS CELLA SIMÕES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 7004738-91.2018.8.26.0482).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais declarou a remição de 26 dias de pena, em decorrência de aprovação parcial no exame fundamental do ENCCEJA/2017.

Insatisfeita, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, mas o Tribunal negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 51/52):

RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL (LEI 7.210/1984, ART. 197). DECISÃO QUE CONCEDEU VINTE E SEIS DIAS DE REMIÇÃO DA PENA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO PARCIAL NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS - ENCCEJA 2017 RELATIVO AO ENSINO FUNDAMENTAL. INSURGIMENTO DO REEDUCANDO. POSTULADA RETIFICAÇÃO E DEFERIMENTO DE CINQUENTA E DOIS DIAS. ALEGAÇÃO DE QUE A CARGA HORÁRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A QUAL DEVE INCIDIR O CÁLCULO CORRESPONDE A TRÊS MIL E DUZENTAS HORAS. IMPROCEDÊNCIA. TEMPO ESTIMADO PARA A CONCLUSÃO DESTES NÍVEL EDUCACIONAL QUE É DE MIL E SEISCENTAS HORAS. INCIDÊNCIA DO ART. 4º, II, DA RESOLUÇÃO 3/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. ESTUDO DO

Superior Tribunal de Justiça

APENADO QUE SE EQUIPARA À APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA. INAPLICABILIDADE, NA HIPÓTESE. DO PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 24, I, DA LEI 9.394/1996, PORQUANTO TRATA DA EDUCAÇÃO BÁSICA OBRIGATÓRIA PARA JOVENS DE QUATRO A DEZESSETE ANOS. IDADE INCOMPATÍVEL, INCLUSIVE, COM A PRÓPRIA IMPUTABILIDADE PENAL.

A aprovação do apenaado no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA 2017 em decorrência da realização de estudos por conta própria permite a concessão de remição, nos termos do art. 126, caput e § 5º, da Lei de Execuções Penais. Contudo, o período considerado nesta situação - e sobre o qual deve incidir a redução em cinquenta por cento - é o equivalente à carga horária dos últimos anos do ensino fundamental realizado por meio da educação de jovens e adultos EJA de mil e seiscentas horas, nos termos do art. 1º, inciso IV, da Recomendação 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e do art. 4º, inciso II, da Resolução 3/2010 do Conselho Nacional de Educação, pois o montante de três mil e duzentos horas refere-se à educação básica obrigatória para jovens de quatro a dezessete anos, nos termos dos arts. 4º, inciso I, e 24, inciso I, da Lei 9.393/1996.

PRONUNCIAMENTO CONSERVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nesta ocasião, a Defensoria Pública sustenta que o paciente faz jus a 52 dias remidos, e não apenas 26, uma vez que obteve a aprovação parcial em exame de nível fundamental no ENCCEJA em duas áreas de conhecimento.

Argumenta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) estabelece em seu art. 24, I, que a carga horária mínima é de 800 horas por ano para o ensino fundamental, sendo que o *caput* do art. 32 prevê a duração de 9 anos deste ensino, mas que normalmente compreende 4 anos.

Conclui, assim, que pela leitura conjugada dos arts. 24, I, e 32 da Lei n. 9.394/1996 e do art. IV, da Recomendação n. 44/2013 do CNJ, a carga horária mínima para o ensino fundamental II nacional e de 3.200 horas (4 anos x 800 horas) e 50% da carga horária mínima para o ensino fundamental II

Superior Tribunal de Justiça

equivale a 1.600 horas. Reforça que essa é a interpretação conferida por esta Corte, em sua jurisprudência consolidada.

Calcula, por fim, que, considerando as 1.600 horas equivalentes aos 50% da carga horária do ensino fundamental divididos pelas 12 horas de estudo que servem à remição de 1 dia de pena resultam em 133 dias, que divididos pelas 5 áreas do conhecimento, dá um total de 26,6 dias para cada uma. Como ele foi aprovado em duas, faz jus a 52 dias de remição.

Com base no exposto, pede, em liminar e no mérito, a concessão de 52 dias de remição da pena, e não 26.

Liminar deferida (e-STJ fls. 65/68).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 78/84).

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC n. 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015 e STF, HC n. 113.890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014.

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus*

Superior Tribunal de Justiça

substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Busca-se, nesta oportunidade, a remição da pena equivalente a 52 dias, em razão de estudo.

A LEP disciplina a remição em caso de estudo, da seguinte forma:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

*§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)*

***I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar** - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;*

[...]

*§ 5º **O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.***

Segundo a Lei n. 9.394/1996 (art. 24, I), a carga horária total do ensino fundamental corresponde a 3.200 horas.

A base de cálculo, para o caso de o apenado não frequentar curso regular, mas estudar por conta própria, é de 50%, ou seja, 1.600 horas, no caso de estudo fundamental, conforme art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é, efetivamente, no sentido de que a carga horária de 50% para o ensino fundamental corresponde a 1.600 horas.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça - STJ tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando, inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

2. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM.

Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em duas áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 40 dias.

3. Agravo desprovido.

(AgRg no HC 464.410/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 08/11/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO

Superior Tribunal de Justiça

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes. **A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino.** Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em todas as cinco áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 100 dias. Ademais, o respectivo artigo prevê ainda em seu § 5º que o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 no caso de conclusão do ensino médio durante o cumprimento da pena, razão pela qual o paciente deve ver remido 133 dias de sua pena.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer o direito do paciente à remição da pena, em razão de sua aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), no total de 133 dias.

(HC 424.780/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

Assim, conclui-se que as 1600 horas divididas por 12 resultam

Superior Tribunal de Justiça

em 133 dias remidos, que, acrescidos de 1/3 em caso de conclusão do ensino fundamental, equivalem a 177 dias de remição (na hipótese de aprovação nos cinco campos de conhecimento avaliados).

De acordo com a metodologia de cálculo acima explicitada, a aprovação em 1 (um campo) de conhecimento corresponde a 26,6 dias de remição.

No caso concreto, o sentenciado, que estudou por conta própria, foi aprovado em 2 (dois) campos de conhecimento dos 5 campos avaliados no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, o que lhe garante os 52 (cinquenta e dois) dias de remição postulados.

Existência, portanto, de constrangimento ilegal, a justificar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, nego seguimento ao *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem de ofício** para cassar o acórdão coator e, confirmando a liminar anteriormente deferida, determinar que o Juízo das Execuções Criminais retifique os cálculos de pena, a fim de reconhecer o total de 52 (cinquenta e dois) dias remidos ao apenado.

Comunique-se, com urgência.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator